



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM ÊNFASE EM CIÊNCIAS
AGRÁRIAS**

ARIELE SOARES NASCIMENTO

**FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO:
O QUE DIZEM AS PESQUISAS?**

AMARGOSA

AGOSTO-2022

ARIELE SOARES NASCIMENTO

**FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO:
O QUE DIZEM AS PESQUISAS?**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à banca examinadora para a obtenção de grau de Licenciado em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Agrárias na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) no Centro de Formação de Professores (CFP).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Terciana Vidal Moura

AMARGOSA-BA

AGOSTO- 2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM BIOLOGIA**

ARIELE SOARES NASCIMENTO

FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO: O QUE DIZEM AS PESQUISAS?

A supracitada monografia é aprovada pelos membros da Banca Examinadora e foi aceita por esta Instituição de Ensino Superior como Trabalho de Conclusão de Curso, no nível de graduação, como requisito para obtenção do título de Licenciada (a) em Educação do Campo- Ciências Agrárias.

Amargosa - BA, 16 de agosto de 2022.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a Terciana Vidal Moura
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB/UFRB)
Orientadora

Prof^a. Me. Inaiara Alves Rolim (secretaria Municipal de Educação de Serra do
Ramalho)
Avaliadora

Prof^a. Kamila Karine dos Santos Wanderley (UEPB)
Avaliadora

*A Deus toda honra e Glória, para sempre amém!
Dedico este trabalho a todos que direta ou
indiretamente fizeram parte da minha trajetória
acadêmica até o presente momento, de forma
carinhosa e especial, aos meus pais.*

AGRADECIMENTOS

Enfim chegou o momento mais aguardado por mim nos últimos anos, a conclusão de um ciclo importante na minha vida, e esse é o momento de agradecer as pessoas que de alguma forma se fizeram presentes nessa trajetória. Nesse instante as lágrimas vêm a me inundar, pois quando olho para trás, lembro-me da menina que outrora adentrada a universidade, cheia de sonhos e expectativas, algumas alcançadas, outras nem tanto. Foram anos de lutas, descobertas, aprendizagens. Houve momentos de infinitas alegrias, mas também momentos que pareciam intermináveis aflições. Contudo, cá estou. Venci!

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e das graças alcançadas até aqui. Por ser o meu refúgio em dias de angústias e acalmar a minha alma quando, muitas vezes me encontrava amargurada.

Agradeço aos meus pais, Sr. Antônio Nascimento e Sr. Helenita Soares, que sempre me incentivaram e sempre acreditaram em mim, me dando todo apoio para seguir em frente. Pela força e amor incondicional.

Aos meus irmãos, Alexsando e Alan, que sempre estiveram ao meu lado, cuidando e aconselhando, me mostrando sempre o melhor caminho a seguir. Mas, também, respeitando cada decisão tomada por mim. Obrigada por tudo, sempre! Amo vocês.

Ao meu namorado, Railson que sempre esteve comigo, atenciosamente e pacientemente, aguentou todas as minhas infinitas falácias e reclamações, sempre com muita motivação e parceria também foi quem inúmeras vezes me levantou quando pensei em desistir.

Sou grata também aos meus colegas de curso e de apartamento, Alyson, Laiara, Luzivânia e Orleane. Dividimos nossas vidas por um longo período, dividimos nossas intimidades, nossas súplicas, nosso alimento diário. Agradeço a Deus por tudo o que vivenciamos juntos. Passamos por tantas coisas, hein? Rsr's' mas, sempre nos fortalecíamos uns nos outros. Será sempre o nosso AP 12.

Ao meu grande amigo, irmão, Esdras que foi um parceiro sem igual, a primeira pessoa que firmei uma amizade sólida ao pisar nas terras amargosenses, me “norteou no labirinto”, abriu os meus olhos para o desconhecido e permaneceu sendo meu ombro amigo, conselheiro, meu porto seguro nas horas que precisava conversar. Sei que o fechamento deste meu ciclo é, também, muito importante para você. Obrigada, meu amigo!

Agradeço a todos os professores que contribuíram com a minha trajetória acadêmica, e em especial a minha orientadora, Prof. Dr. Terciana Vidal Moura, pelo carinho dedicação e paciência, muita paciência. Obrigada por todo apoio na elaboração desta monografia. Minha eterna gratidão por compartilhar sua sabedoria e sua experiência.

Muito obrigada a todos!

*Eu tentei 99 vezes e falhei, mas na centésima tentativa eu consegui,
nunca desista de seus objetivos mesmo que esses pareçam
impossíveis, a próxima tentativa pode ser a vitoriosa.*

Albert Einstein

RESUMO

O presente trabalho monográfico teve por objetivo analisar o que dizem as pesquisas sobre o fechamento das escolas do campo no Brasil. Especificamente buscou-se investigar: O que as pesquisas dizem sobre o fechamento das escolas do campo? E como objetivos buscamos: Analisar o que as pesquisas dizem sobre o fechamento das escolas do campo; Quais as questões problematizadas por elas? Quais suas principais considerações sobre o tema que tais pesquisas trazem? Reiteramos que o mapeamento dessas publicações científicas proporciona um conhecimento mais abrangente de uma determinada área ou campo do conhecimento. É uma pesquisa qualitativa tipo estado do conhecimento. Utilizou-se essa abordagem para realização deste trabalho porque acreditamos que ela tem uma contribuição significativa não apenas para o tema desta monografia, mas para a educação como um todo. É uma pesquisa de cunho qualitativo e bibliográfico. Buscou-se fazer o mapeamento e as principais considerações dos trabalhos encontrados. Para isso, foi realizada uma busca e análise dos trabalhos publicados no site do site Brasileiro de Teses e Dissertações Digitais (BDTD), que pode ser acessado através do site do Instituto Brasileiro de Informações Científicas e Tecnológicas (IBICT), tendo como recorte temporal, as pesquisas desenvolvidas entre os anos 2016 a 2020. Como metodologia, pautou-se numa pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. A análise das pesquisas evidenciou que compreender o fenômeno do fechamento das escolas do campo é refletir sobre o sistema de dominação capitalista. Podemos considerar que o fechamento das escolas do campo é uma medida econômica da junção de várias escolas menores e conseqüentemente criação de uma só, deslocando os sujeitos de sua comunidade, afetando sua identidade e sentimento de pertencimento e representa uma ameaça para a materialização da Educação do Campo.

PALAVRAS-CHAVE: Fechamento de escola. Escola do campo. Educação do Campo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO: ALGUMAS REFLEXÕES.....	13
2. ANÁLISE DE DADOS.....	24
CONSIDERAÇÕES.....	34
REFERÊNCIAS.....	35

INTRODUÇÃO

Na história da educação brasileira, a trajetória da Educação do Campo é recente e fruto das lutas dos movimentos sociais de trabalhadores e trabalhadoras. Desde o nosso processo de colonização, tivemos um projeto de sociedade que tratou e trata o campo como um lugar de menor valor, um projeto de desenvolvimento que foi pautado na ideia de que o campo deveria desaparecer, e que, portanto, país desenvolvido e moderno era país industrializado e urbanizado, e que o campo sempre foi tratado como lugar de cidadão de segunda categoria (SOCORRO SILVA, 2018). A sua gênese foi marcada por lutas, pela viabilização de processos educativos planejados no coletivo de trabalhadores do campo, no contexto da luta pela terra; por diagnósticos da realidade educacional do país; por iniciativas do tipo parcerias na oferta da educação de jovens e adultos; e por demandas direcionadas aos governos (federal, estadual e municipal) no que tange à efetivação do direito fundamental e social que é a educação. A Educação do Campo tem uma forma de ensino própria, cujos princípios afirmam o direito à educação pública de qualidade baseada na dialogicidade e contextualização. Enfatizando esta questão, Caldart (2004, p. 26) afirma que,

Um dos traços fundamentais que vem desenhando a identidade desse Movimento por uma Educação do Campo é a luta do povo do campo por políticas que garantam o seu direito à educação e uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

A origem da Educação do Campo, integra o cenário das lutas por um projeto popular para o Brasil e por um projeto de campo em que terra, trabalho e cultura são indissociáveis. A Educação do Campo vincula-se assim, às experiências de luta por um projeto político pedagógico sintonizado com os interesses da classe trabalhadora do campo, na sua diversidade de povos indígenas, povos da floresta, comunidades tradicionais e camponesas, quilombolas, agricultores familiares, assentados, acampados à espera de assentamento, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e trabalhadores assalariados rurais (FONEC, 2002). Seguindo a mesma linha de pensamento, Hage (2010, p. 01) aponta que,

[...] a Educação do Campo tem sido compreendida enquanto estratégica para o desenvolvimento socioeconômico do meio rural, resultado das mobilizações dos movimentos sociais do campo e da apresentação por parte desses sujeitos coletivos de proposições e práticas inovadoras, sintonizadas com as especificidades que configuram a diversidade sócio-territorial do campo no Brasil.

O modelo de educação no Brasil é fortemente marcado pela desigualdade social e pela exclusão. O fechamento das escolas do campo tem sido uma das maiores representações do processo de precarização da educação brasileira e de ataque ao campo enquanto espaço de vida. As invisíveis e pequenas escolas do campo que foram sempre entregues ao abandono e a precariedade, historicamente, tem sofrido um processo contínuo de extinção. Segundo o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, mais de 80 mil escolas do campo foram fechadas nos 21 anos. O fechamento das escolas do campo representa um retrocesso às conquistas históricas da Educação do Campo, enquanto projeto de sociedade e educação. Contribuindo para o êxodo rural, desraizamento, negação das identidades e do direito dos sujeitos do campo estudarem no local em que vivem.

Portanto, este trabalho monográfico que tem como tema o fechamento das Escolas do Campo, tendo como foco específico o mapeamento dos que as pesquisas têm produzido e refletido sobre o tema. Especificamente buscamos investigar: O que as pesquisas dizem sobre o fechamento das escolas do campo? E como objetivos buscamos: Analisar o que as pesquisas dizem sobre o fechamento das escolas do campo; Quais as questões problematizadas por elas? Quais suas principais considerações sobre o tema que tais pesquisas trazem? Reiteramos que o mapeamento dessas publicações científicas proporciona uma representação mais abrangente dessa área do conhecimento.

Como metodologia, o trabalho ancora-se na abordagem qualitativa e na pesquisa bibliográfica. Realizou-se um levantamento bibliográfico nos trabalhos publicados, sobre o fechamento das escolas do campo, no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), atendendo a um recorte temporal de 2016 à 2020, que pode ser acessado através do site do Instituto Brasileiro de Informações Científicas e Tecnológicas (IBICT), com o intuito de coletar e examinar dados/informações acerca do assunto. Como nos afirma Gil (2008 p.8),

[...] O que torna, porém, o conhecimento científico distinto dos demais é que tem como característica fundamental a sua verificabilidade. [...] Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário

identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento.

A abordagem qualitativa é aquela a qual o pesquisador está em contato direto com a realidade estudada, dando a devida importância à subjetividade dos sujeitos pesquisados e ao contexto, preocupando-se mais com o processo do que com o produto. Conforme afirma Ferrari (1982, p. 14), “a pesquisa tem por finalidade conhecer e explicar os fenômenos que ocorrem no mundo existencial, isto é, a forma como se processam as suas estruturas e funções, as mudanças que provocam e até que ponto pode ser controladas e orientadas”. Paralelo a isso, Gil (2008, p.26) vem trazendo a seguinte afirmação “pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”. Deste modo, entende-se que para atender aos objetivos proposto nessa pesquisa, fez-se necessário a pesquisa qualitativa.

Portanto o conhecimento científico é produzido pela investigação científica, através de seus métodos, caracterizando-se como conhecimento objetivo, metódico, passível de demonstração e comprovação, podendo ser testado, enriquecido e reformulado. Ainda de acordo com Gil (2014, p. 50), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Deste modo, tornou-se necessário a escolha deste tipo de procedimento, visto que possibilita ao investigador a oportunidade de debruçar sobre uma gama de informações das produções científicas sobre a temática.

Esta monografia está estruturada, para além dessa introdução, em um capítulo teórico sobre o fechamento das escolas do campo no Brasil, o capítulo de análise de dados, considerações e referências.

1. O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO: ALGUMAS REFLEXÕES

Desde que os portugueses invadiram o Brasil, em 1500, século XVI, praticaram a exploração das riquezas existentes, exploraram os nativos. A composição histórica do Brasil é constituída pelo genocídio do povo nativo e a da escravidão dos povos vindos de diferentes locais do continente africano. O histórico da educação para a população camponesa no Brasil evidencia o descaso e forma com que os governantes, historicamente trataram a educação voltada ao campo denominada como “educação rural”, que ao longo do tempo foi imposta e introduzida no meio rural, um tipo de educação atrelada aos interesses do capitalismo emergente e das elites agrárias.

A Educação Rural estava a serviço da elite brasileira, que preocupada com a chegada dos povos do campo nas cidades, em um movimento chamado êxodo rural, em busca de trabalho e escolarização para os filhos, estes não tendo para onde ir se aglomeravam nos pontos periféricos das cidades em condições precárias de subsistência, formando assim as favelas. Foi criada assim essa educação para o povo do campo, como forma de fixá-los em seu lugar de origem. Prosseguindo na história, é possível para entender que o modelo de educação praticado no Brasil, foi uma educação para a elite econômica e intelectual.

Adriana D’Agostini (2012), diz ainda que “A relação entre educação rural e educação do campo é de uma contradição antagônica”, visto que a proposta imbricada em cada uma delas tem finalidades muito diferentes, enquanto que a primeira forma para o trabalho e para conter o homem no campo, a segunda tem a intencionalidade de formação política, humana e crítica dos trabalhadores rurais, para que estes lutem de forma digna pela terra e por uma educação pautada nas suas necessidades de luta

A diferença entre educação do campo e a educação rural já está implícita em suas diferentes origens, pois a educação do campo surge no contexto de luta pela terra, que necessita uma educação para além do aprendizado mecânico dos conteúdos isolados e para além das ações empiristas e

despolitizadas como foram as desenvolvidas pela pedagogia rural. Podemos dizer que a educação do campo é uma educação voltada aos interesses dos trabalhadores do campo enquanto a educação rural está vinculada ao estado e à burguesia nacional para resolver inicialmente o problema do êxodo rural de forma assistencialista, para conter a mobilização popular por demandas educacionais, entre outras. (D'AGOSTINI, 2012,p.464)

A autora nos mostra os avanços e as lacunas que ocorreram na educação no Brasil nas últimas décadas, pois tudo foi se inovando no campo, menos na educação, a não ser como resultado das pressões dos movimentos sociais organizados. Para Pinheiro (2011, p.2),

[...] inovaram: no maquinário, no aumento da produção de grão, nos agrotóxicos, alteração dos genes das sementes para exportação em larga escala. Mas os que têm usufruído desses avanços são pequenos grupos de latifundiários, empresários, banqueiros e políticos nacionais e internacionais. Enquanto a outros é negado o acesso a terra para sobreviver e garantir o sustento de outros brasileiros [...]

Prosseguindo na história, é possível para entender que o modelo de educação praticado no Brasil pelos diferentes governos entre o início do Império (1822), até meados do século XX, era uma educação para a elite econômica e intelectual, consequentemente causando empachos profundos no processo educacional das populações camponesas do Brasil. Na contemporaneidade, esse modelo ainda persiste, agora revestidos de uma aura roupagem, mas com as mesmas intencionalidades, a negação dos direitos da classe trabalhadora de ter acesso a uma educação de qualidade. Assistimos nas últimas décadas a força do capitalismo e do neoliberalismo imprimindo da sua agenda para destituição dos direitos sociais e conformação da sociedade as pautas neoconservadores e economicistas.

Embora a Constituição de 1988 não cite diretamente a educação do/no campo, o artigo 206 prescreve a necessidade de haver a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e que a “educação, é direito de todos e dever do Estado e da família”. E mesmo sabendo que esse direito está fixado na constituição, às condições de acesso à educação oferecida às populações camponesas, não estão dentro dos padrões de uma igualdade de acesso à escola, vistos as dificuldades e carências que as mesmas sofreram durante a história e continuam sofrendo com os governos autodenominados “democráticos”. Então, esta rápida trajetória da educação do campo no Brasil, nos mostra que historicamente a

política educacional brasileira não priorizou e nem contemplou as necessidades e a realidade dos povos do campo.

Em contrapartida a Educação do Campo é pensada com e pelo povo, contribuindo para formação integral humana, valorizando seus saberes e viveres. Diferentemente da Educação Rural, a Educação do Campo pensa uma formação para além do capital e rompe com a lógica do agronegócio de apenas produzir com fins de lucrar, sem preocupação ou compromisso com a terra, as águas, moradia, entre outras. Diante dessas e outras concepções os Movimentos Sociais tiveram e têm um papel importante na construção da Educação do Campo, visto que tratam dos sujeitos coletivos e com identidade, que precisa de formação não apenas nos moldes escolares, mas entendendo que a educação acontece em mais variados espaços, e esta deve estar comprometida com os sujeitos coletivos do local onde está inserida, segundo Maria do Socorro Silva (2006),

[...] movimentos sociais, como práticas sócio-políticas e culturais constitutivas de sujeitos coletivos, tem uma dimensão educativa, à medida que constroem um repertório de ações coletivas, que 24 demarcam interesses, identidades sociais e coletivas que visam a realização de seus projetos por uma vida melhor e da humanização do ser humano. (SILVA, 2006, p.62)

Nesse sentido, os Movimentos Sociais do Campo, em destaque o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), têm contribuído para a construção quanto materialidade da Educação do Campo. A luta pela educação e pela escola nos assentamentos e acampamentos iniciou pelas mulheres e pelas famílias que se preocupavam com o futuro dos seus filhos, que segundo Roseli Salette Caldart (2000), que lutavam “pelo direito à escola e pela possibilidade de uma escola que fizesse diferença ou tivesse realmente sentido em sua vida presente e futura”. Posteriormente passou a ser uma luta do próprio MST (Movimento dos Sem Terra), que lutam por terra e viram na educação um meio para garantir e auxiliar nessa luta, formando seres conscientes do lugar onde vivem e da identidade que carregam. Assim foi criada em 1987 um setor de educação dentro do MST, com a tarefa de

[...] Organizar e articular por dentro de sua organicidade esta mobilização, produzir uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas, e formar educadoras e educadores capazes de trabalhar nesta perspectiva. [...] (CALDART, 2000, p.62)

Diante disso, podemos entender que a escola conquistada pelo MST tinha que ter educadores comprometidos com a luta dos sem terra e preocupado com uma educação específica, respeitando o modo de vida, de trabalho e convívio do povo que fazia essa educação, visto que o MST ocupava a escola e a escola ocupava o MST, configurando assim uma contribuição mútua no fazer e pensar a educação.

O MST contribuiu dessa forma para a formação da educação do campo, reafirmando que a educação é lugar de luta, de transformação dos sujeitos para que estes transformem o lugar onde vivem, e a escola tem a tarefa de contribuir com a formação dos sujeitos do campo, visto que segundo Caldart (2000, p. 66)

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito.

Entendendo ainda que:

[...] ajudar a construir escolas do campo é, fundamentalmente, ajudar a constituir os povos do campo como sujeitos, organizados e em movimento. Porque não há escolas do campo sem a formação dos sujeitos sociais do campo, que assumem e lutam por esta identidade e por um projeto de futuro. [...] Somente as escolas construídas política e pedagogicamente pelos sujeitos do campo, conseguem ter o jeito do campo, e incorporar neste jeito as formas de organização e de trabalho dos povos do campo. (CALDART, 2000, p.66)

Portanto, as escolas do campo precisam ser construídas pelos povos do campo e estar a serviço do povo do campo, em razão de que este povo está em constante movimento e não estagnado na história, mas construindo e fazendo história, um povo dotado de valores e a educação e a escola precisa ser feita nessa perspectiva, atuando com respeito e responsabilidade com o povo do campo.

No final dos anos 90, os movimentos sociais do campo conseguem articular o movimento “Por uma Educação Básica do Campo” que teve na I Conferência, em julho de 1998, em Luziânia-Go, seu ponto alto e desencadeou todo um processo que vem crescendo, possibilitando o aprofundamento e a construção de um projeto de Educação do Campo. Que nas palavras de Caldart (2004, p.1) “o campo é espaço de vida digna e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos”.

Todo esse movimento pela educação do campo e toda a articulação das entidades, movimentos e das experiências contribuíram para a aprovação, em 2002,

pela Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Nestas Diretrizes a identidade da Escola do Campo é,

Definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002).

Dando continuidade à II Conferência Por Uma Educação do Campo foi realizada em agosto de 2004, e contou com a presença de 1.100 participantes. Esta II Conferência deu continuidade e ampliou o debate sobre a Educação do Campo e a participação de movimentos e organizações sociais comprometidos com esta construção. Outras conquistas podem ser destacadas aqui, como o Pronera, a ocupação de pastas importantes no MEC, a criação da SECAD, posteriormente SECADI, a Criação do FONEC, as políticas de formação de professores e os marcos legais.

Ressaltamos a preocupação e compromisso da Educação do Campo com a formação da consciência, do resgate da memória coletiva e da cultura camponesa, tornando-se necessário o desenvolvimento de ações, projetos e iniciativas voltadas para a educação do campo de maneira contextualizada com a realidade dos sujeitos, fomentando uma educação do campo adequada para o homem e a mulher do campo.

Temos consciência das conquistas, no âmbito do Estado e das políticas públicas, mas na conjuntura atual, a luta é pela defesa dessas conquistas, pois vivemos num período de ataques e desmontes da Educação do Campo, pelo projeto neoliberal e neoconservador promovido pela conjuntura e forças dominantes, como o agronegócio. Nesse sentido, Caldart (2002), defende que é preciso continuar avançando, compreendendo que o campo está em movimento, à educação está sendo produzida nesse movimento e a escola está sendo gestada nesse movimento em que o campo se encontra. Esse avanço se dá no sentido de práxis, sendo este um dos desafios para se pensar a educação do campo, nas palavras de Caldart (2004, p. 2)

O desafio que se impõe hoje aos sujeitos da Educação do Campo é o da práxis: avançar na clareza teórica e de projeto para poder dar um salto de qualidade na luta política e nas práticas pedagógicas produzidas até aqui.

Nesse cenário de avanço na luta por uma educação do/no campo de qualidade ainda existem outros desafios a serem superados, além do desafio de avançar na práxis, ainda existe o desafio teórico, sendo este

O desafio teórico atual é o de construir o paradigma (contrahegemônico) da Educação do Campo: produzir teorias, construir, consolidar e disseminar nossas concepções, ou seja, os conceitos, o modo de ver, as idéias que conformam uma interpretação e uma tomada de posição diante da realidade que se constitui pela relação entre campo e educação. [...]
(CALDART, 2004, p.2)

Buscando manter viva a memória do povo do campo, identificando quais as lutas desse povo para a então construir um projeto político pedagógico do povo do campo e com o povo do campo. Esse projeto de educação precisa ser produzido a partir dos interesses sociais, políticos e culturais do povo que vive no e do campo, partindo da realidade particular do grupo, mas sem deixar de lado o caráter universal da educação, pelo contrário, a Educação do Campo faz uma conversação com a realidade particular, mas visa à formação universal, a formação humana.

É necessário afirmar que para a construção de um projeto de Educação do Campo, é preciso conhecer sua materialidade de origem, que antes de ser uma concepção de educação, é uma concepção de campo, é preciso manter definido que povo é esse, quais são seus interesses, suas lutas, reivindicações, modos de vida e produção. E sobretudo assumir a educação e a escola do campo como uma questão de direito.

1.1 A ESCOLA DO CAMPO COMO UMA QUESTÃO DIREITO

Como já foi destacado, a trajetória da Educação do Campo é fruto das lutas dos movimentos sociais de trabalhadores/as do campo. A sua origem integra o cenário das lutas por um projeto popular para o Brasil e por um projeto de campo em que terra, trabalho e cultura são indissociáveis. Partindo deste pressuposto, Caldart afirma que,

Educação do Campo” nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004 (CALDART, 2012, p. 260).

O espaço rural ficou em segundo plano devido ao conceito de modernidade. O campo é visto como atrasado, improdutivo e o lugar onde a população rural se encontra em posição subordinada, o que é reafirmado pelo modelo colonialista: territórios confiscados e massacres indígenas, africanos escravizados para trabalhar, terras concentradas nas mãos de alguns latifundiários e decisões políticas conduzidas por elites rurais atrasadas, consolidando assim, a modernização da agricultura até sua fase atual. Com poder político, e consolidou esse modelo com a introdução do agronegócio. A educação do campo, surge por meio das lutas dos movimentos sociais que se organizam contra o descaso com que as elites brasileiras tratam das questões, é uma proposta abrangente que visa à formação do homem do campo e também a valorização no que diz respeito ao espaço, tempo e modelo de currículo, que mobilize as atividades campesinas abrangentes a toda a família, bem como as estratégias para o desenvolvimento sustentável. Segundo Caldart (2004),

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade do movimento por uma Educação do Campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja *no* e *do* campo. *No*, porque o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive e *do*, porque o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2004, p.10).

Ao tratarmos da Educação, precisamos ressaltar a discussão em torno da Escola do Campo. Autores como Fernandes Mançano, Molina e Caldart, apontam para a necessidade de uma escola específica do campo como meio de tornar possível um projeto democrático de educação no país em que tenha respeitada a identidade própria de escola para os povos do campo,

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associam as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (CALDART, 2004, p.35)

A escola é um dos principais locais de aprendizagem e é fundamental compreender o assunto desde o início. Sabe-se que a escola do meio rural é tratada como uma espécie de resíduo do sistema educacional brasileiro, enfrentando problemas como: falta de infraestrutura necessária e de docentes qualificados, falta de apoio a iniciativas de renovação pedagógicas, currículo e calendário escolar alheio à realidade do campo, em muitos lugares a escola do campo é atendida por professores com visão de mundo urbano, muitas vezes deslocada das necessidades e das questões do trabalho no campo, alheia a um projeto de desenvolvimento, alienada dos interesses dos camponeses, dos assalariados do campo, enfim, do conjunto de trabalhadores de seus movimentos e organizações, estimuladora do abandono do campo por apresentar o urbano como superior, moderno e atraente, e em muitos casos contribuindo para sua própria destruição.

Nesse sentido, Arroyo, Caldart e Molina (2004), esclarecem que a educação dos povos do campo deve ter como objetivo principal proporcionar conhecimentos, cidadania e afirmação da identidade cultural. A escola, ao ser levada ao campo, depara-se com as mais diversificadas formas de processos produtivos, culturas heterogêneas, sujeitos diferenciados, com valores e aspirações próprias. Para Leite (1999),

A função primordial da escola é ensinar, transmitir valores e traços da história e da cultura de uma sociedade. A função da escola é permitir que o aluno tenha visões diferenciadas de mundo e de vida, de trabalho e de produção, de novas interpretações de realidade, sem, contudo, perder aquilo que lhe é próprio, aquilo que lhe é identificador. (LEITE, 1999, p. 99)

Para que se compreenda a escola do campo e sua identidade é preciso entender a relação entre cultura e escola, e que questões culturais sempre estiveram presentes nos debates sobre Educação do Campo e escola no campo. Um dos princípios Educação do Campo é a inclusão e o reconhecimento dos sujeitos do campo como cidadãos do processo educacional e de sua própria identidade. Assim, sua concepção pedagógica e metodológica deve ser específica para pessoas do campo em seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas.

Essa perspectiva da educação leva-nos a pensar em um novo sentido de escola, não somente por exigências de atendimento aos educandos, mas pela

reflexão da sua função social, seu caráter formativo, a formação de professores, o processo de ensino aprendizagem a ser efetivado e a elaboração de uma proposta pedagógica que esteja de acordo com a história de luta das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo.

Não basta ter uma escola, mas esta escola precisa garantir a sua contribuição no processo de formação humana e nesse contexto, para pensarmos a educação do campo é necessário tomar como ponto de partida o próprio campo e o “vínculo de origem da educação, ou de um projeto educativo, com um projeto político, com um projeto social” Caldart (2004, p. 23). É o desafio que deve ser aceito por educadoras e educadores comprometidos político e pedagogicamente com um projeto, antes de tudo, fundado numa educação humanizadora, capaz de construir o seu próprio projeto político-pedagógico, não um projeto isolado, distante, mas um projeto que abrange as questões globais e locais com vias a construção de uma sociedade também mais humana.

No entanto, apesar das propostas por uma Educação do Campo, pautadas por políticas permanentes de valorização o do campo e dos sujeitos que ali vivem, podemos perceber nas práticas pedagógicas que constituem a educação escolar nos espaços rurais a presença de características de uma educação bancária, pautada nas relações de exploração e dominação e apesar dos processos de lutas dos sujeitos do campo através dos movimentos sociais, é possível reconhecer no modelo social capitalista fundado na lei de mercado, que o modelo pedagógico de escolas dos espaços rurais, é ainda voltado a uma educação rural permeada por ideologias e práticas sociais da classe dominante. É uma educação que exclui as pessoas do direito à cidadania e nega-lhes a sua cultura e a sua identidade. E, ainda, em que pese essa importância na atualidade as escolas do campo vem enfrentando uma realidade preocupante um processo crescente de seu fechamento no Brasil como todo.

O tema escolhido está diretamente ligado as vivências e demandas do movimento de Educação do Campo, em um estudo atualizado e comprovado pelo INEP mostra que quase 4 mil escolas rurais são fechadas por ano, um dado, com certeza, muito marcante para estudantes moradores destas comunidades afetadas por este crime. No ano de 2011, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) lançou uma campanha de denúncia contra o fechamento de escolas no campo brasileiro, denominada “Fechar escola é crime”, apontando o fechamento de

24 mil escolas no campo, entre 2002 e 2010. Embora exista uma Lei que coíbe e dificulta o fechamento das escolas do campo, indígenas e quilombolas no Brasil, trata-se da Lei 12.960, de 27 de março, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A referida lei obriga a realização de consulta às comunidades antes do fechamento das escolas. Um levantamento atualizado com base nos dados do INEP sobre o número de estabelecimentos de ensino na Educação Básica revela que, entre 1997 e 2018, foram fechadas quase 80 mil escolas no campo brasileiro, o que indica que escolas rurais seguiram sendo fechadas em grande quantidade.

Com dados tão marcantes como estes, não é surpresa alguma que o rendimento dos alunos das áreas rurais seja significativamente inferior aos das áreas urbanas. Segundo dados do IBGE (PNAD, 2017) a taxa de analfabetismo no campo é de 17,7%, contra 5,2% nas cidades. Já a escolaridade média é de 8,7 anos no campo e 11,6 nas cidades. Um processo de luta e campanha contra o fechamento das escolas do campo, com o lema “Fechar escola do campo é crime”.

Pesquisas têm apontadas que um dos principais motivos pelos quais muitas escolas do campo estão sendo fechadas, é, o fato de que em vários casos, os governantes se negam a investirem em melhorias tanto para a estrutura quanto para o ensino aprendizagem de tais escolas situadas nas comunidades rurais.

Apesar da existência da lei que assegura o direito da permanência das escolas no campo, isso não ocorre. A falta de investimento das prefeituras locais é apontada como um dos grandes motivos para o fechamento das escolas. As prefeituras alegam que o número de alunos matriculados não é o suficiente para manter novas unidades educacionais (BARROS e LUCAS, 2019, p. 2).

Também na visão de Schmitz e Castanha (2017, p. 46), os argumentos são quase sempre os mesmos: “poucos alunos sendo atendidos e isso torna o custo por aluno alto demais, fica inviável manter a escola; é preciso remover esses alunos e colocá-los em uma escola maior”. Para convencer a comunidade escolar, o fechamento das escolas do campo é justificado “dizendo que tudo isso será melhor para os educandos, já que terão acesso a uma infraestrutura de maior e melhor qualidade, e desse modo, poderão aprender mais, sem se levar em conta os aspectos culturais e sociais presentes nessa mudança” (SCHMITZ; CASTANHA, 2017, p. 46).

O projeto de esvaziamento do campo e desterritorialização das populações do campo operam a partir de diferentes lógicas, sobretudo no âmbito da contraditória

das políticas educacionais e da ausência, intencional, do Estado. Tendo em vista que não há investimentos por parte do poder público nas zonas rurais da região, a falta de infraestrutura para as comunidades se apresenta nas seguintes ausências: hospitais e postos de saúde, iluminação pública, estradas de difícil acesso, entre outras (NEVES et al., 2019).

Sendo assim, a resistência contra o fechamento das escolas do campo se faz cada dia mais necessária, pois vivenciar as diferentes realidades do campo, por meio desta pesquisa, permitiu-nos fazer outras leituras das diferentes lógicas que operam de forma individual ou sincronizada. Concretamente, a expansão de diferentes interesses econômicos no campo, especialmente no que diz respeito a desenraizar as populações do campo, de modo que estas percam as suas Terras e, com elas, a sua identidade.

Portanto, a educação faz parte da dinâmica social e cultural mais ampla. Os educadores estão entendendo que estamos em um tempo propício, oportuno e histórico para repensar radicalmente a educação, porque o campo no Brasil está passando por tensões, debates, organizações, movimentos extremamente dinâmicos (ARROYO, 2004, p. 70). É necessário acreditar na possibilidade de mudança. Nós, futuros educadores, devemos pensar numa educação que ultrapasse o saber técnico e científico, mas também desenvolver um saber crítico, baseando-se nas necessidades históricas e culturais dos sujeitos que estão inseridos nos ambientes rurais. Assim, o engajamento na luta contra o fechamento das escolas do campo e pelo fortalecimento do campo, enquanto espaço de vida e produção, deve ser a nossa bandeira.

2. ANÁLISE DE DADOS

O presente capítulo traz a análise dos trabalhos de pesquisa encontrados na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A fim de obtermos bons resultados acerca do tema já citado, procedemos com uma análise qualitativa, com recorte temporal de 2016 a 2020. A obtenção de dados foi feita através de uma seleção de trabalhos, tendo como descritor, “o fechamento das escolas do campo”. A escolha dos trabalhos analisados considerou a presença do termo “fechamento de escolas do campo” no título dos mesmos. A análise foi realizada a partir dos resumos. Foram encontradas 9 (nove) dissertações sobre o tema específico, no recorte temporal escolhido.

Buscando responder aos objetivos e questões norteadoras dessa pesquisa, procuramos analisar os trabalhos encontrados, considerando só seguintes aspectos:

- As questões problematizadas por elas;
- Os objetivos destas pesquisas;
- A metodologia utilizada por elas;
- As principais considerações sobre o fechamento das Escolas do Campo.

Desse modo, na sequência, trazemos os quadros com as informações sobre os trabalhos analisados, seguidos de análises sobre os dados neles apresentados.

QUADRO 1 – CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHOS: TIPO, TÍTULO, INSTITUIÇÃO ANO DE CONCLUSÃO

TIPO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO	ANO DE CONCLUSÃO
1. Dissertação	A política de fechamento de Escolas no Campo na Região Metropolitana de Curitiba	PEREIRA, Camila Castiliano	Universidade Tuiuti do Paraná	2017
2. Dissertação	Políticas públicas e fechamento das Escolas do Campo no Brasil	GUIMARÃES, Fábio de Oliveira	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	2017
3. Dissertação	Fechamento das Escolas rurais e consolidação do transporte escolar dos assentados de são domingos dos olhos d’água:	SILVA, Adriana Maria da	Universidade Estadual de Goiás	2017

	Morrinhos e Goiatuba (Goiás)				
4.	Dissertação	A territorialização da política de nucleação e o fechamento de escolas no campo em União dos Palmares/AL (2005-2015)	SILVA, Edilma José da	Universidade Federal de Sergipe	2016
5.	Dissertação	O processo de fechamento das Escolas no Campo na Mesorregião Leste Goiano : que crime é esse que continua?	SANTOS, Cássia Betânia Rodrigues dos	Universidade de Brasília	2017
6.	Dissertação	O processo de fechamento das Escolas no Campo em Itapejara D'Oeste/PR: o caso da Escola Estadual de Lageado Bonito e do Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes	MAZUR, Ivania Piva	Universidade Estadual do Oeste do Parana	2016
7.	Dissertação	O processo de nucleamento e fechamento das Escolas rurais na região de São João da Boa Vista (SP)	Marrafon, Andrea Margarete de Almeida	Universidade Federal de São Carlos Campus São Carlos	2016
8.	Dissertação	Entre números e narrativas, um estudo sobre o fechamento de escolas em localidades rurais na Amazônia paraense	SILVA, Josiane Nascimento da	Universidade Federal do Pará	2019
9.	Dissertação	O fechamento das Escolas do Campo em Sergipe : territórios em disputa (2007-2015)	CORREIA, Elis Santos	Universidade Federal de Sergipe	2018

Fonte: Elaborado pela autora.

Como disposto no quadro acima, foram encontrados 9 (nove trabalhos que têm como tema central de pesquisa o fechamento das Escolas do Campo. Todos são dissertações. Desenvolvidos em universidades públicas (estadual e federal. Quanto ao ano de defesa, 3 trabalhos foram defendidos no ano de 2016, 4 em 2017, 1 em 2018 e 1 em 2019. Tendo como tema central das pesquisas o fechamento das escolas do campo integrado a seguinte demarcação: Políticas públicas, educação do campo e fechamento das escolas, O processo de nucleação das escolas e perspectivas da educação do campo.

Na sequência realizamos a leitura e análise dos resumos desses trabalhos com o intuito de identificarmos: questões, objetivos e a metodologia utilizada, como disposto no quadro 2.

QUADRO 2 – CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHOS: QUESTÕES, OBJETIVOS DE PESQUISA E METODOLOGIA

TÍTULO	QUESTÃO DE PESQUISA/HIPÓTESE	OBJETIVOS	METODOLOGIA
1. A política de fechamento de escolas no campo na Região Metropolitana de Curitiba		Objetiva analisar a política de fechamento de escolas públicas localizadas no campo na Região Metropolitana de Curitiba e compreender como os determinantes dessa política se expressam.	A pesquisa ancora-se no método do materialismo histórico-dialético com a abordagem metodológica quantitativa-qualitativa, com os seguintes procedimentos: 1) levantamento de dados documentais da Região Metropolitana de Curitiba 2) análise documental dos documentos de fechamento de escolas rurais, das Diretrizes da Educação do Campo, 3) estudo bibliográfico, 4) discussão teórica com autores que sustentam a construção teórica da investigação.
2. Políticas públicas e fechamento das escolas do campo no Brasil		Avaliar os índices altíssimos de fechamento das escolas do campo no Brasil nos últimos quinze anos.	Levantamento de fontes, análise crítica da documentação existente, legislação, visitas as universidades, movimentos sociais do campo e bibliotecas.
3. Fechamento das escolas rurais e consolidação do transporte escolar dos assentados de são domingos dos olhos d'água: Morrinhos e Goiatuba (Goiás)	Quais ações e conflitos contribuíram para o fechamento da escola rural e implantação do transporte escolar rural no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água; quais fatores ou elementos influenciaram o município de Goiatuba a disponibilizar o transporte escolar rural para os assentados	Apontar as relações entre o fechamento da escola rural e o transporte escolar dos assentados de São Domingos dos Olhos D'Água no município de Morrinhos/GO	Pesquisa de campo com o emprego de análise quanti-qualitativa dos dados colhidos por meio de informações contidas em documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação, bem como de dados decorrentes da aplicação de questionários, constituídos por perguntas fechadas e abertas sobre o fechamento das escolas rurais, as condições do transporte escolar, os trajetos, as distâncias percorridas diariamente e o tempo gasto nas viagens dos estudantes do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água. Os questionários foram aplicados aos funcionários das Secretarias de Educação de Morrinhos e de Goiatuba, responsáveis pelo transporte escolar rural; aos funcionários e professores que trabalharam na escola rural do Assentamento, alunos, pais e motoristas dos veículos escolares.
4.	A territorialização da política de nucleação e o fechamento de	Analisar o processo de territorialização da política de nucleação e o	As bases metodológicas da pesquisa estão fundamentadas entre a teoria e a prática e

	escolas no campo em União dos Palmares/AL (2005-2015)	fechamento das escolas no campo em União dos Palmares/AL, no período entre 2005 e 2015.	levarão em consideração sua natureza qualitativa e quantitativa, destacando-se revisões da literatura acerca das temáticas trabalhadas, além de levantamentos de dados primários e secundários, para compor um panorama situacional da realidade do objeto pesquisado no município estudado. O trabalho de campo, enquanto elemento que dá subsídio a uma pesquisa qualitativa foi realizado mediante entrevistas semiestruturadas in loco com representantes da Secretaria Municipal de Educação de União dos Palmares – AL, gestores, professores e pais de alunos das escolas Núcleo estudadas.
5. O processo de fechamento das escolas no campo na Mesorregião Leste Goiano : que crime é esse que continua?	1) Quais argumentos o Estado tem utilizado para fechar as escolas no campo? 2) Quais as consequências são provocadas com o fechamento de escolas no campo as comunidades que vivem nos territórios selecionados? E qual modelo de campo tem materializado na mesorregião Leste goiano especificamente em oito municípios?	Estudar os argumentos do Estado para o fechamento das Escolas no Campo na Mesorregião do Leste Goiano, objetivando compreender as consequências que o fechamento destas escolas traz para as comunidades camponesas que neles vivem e relacionando-os com a questão agrária nos territórios pesquisados	Método Materialismo histórico dialético. Para realização dessa pesquisa foi utilizado os instrumentos entrevista semiestruturada com os pais e responsáveis, gestores, professores, funcionários da escola fechada e o secretário (a) de educação do município. A roda de conversa foi realizada somente com os educandos que estudaram na escola fechada.
6. O processo de fechamento das escolas no campo em Itapejara D' Oeste/PR: o caso da Escola Estadual de Lageado Bonito e do Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes		A pesquisa analisou o processo de fechamento e tentativas de fechamento das escolas no campo de anos finais do Ensino Fundamental em Itapejara D Oeste, região Sudoeste do Paraná. O objetivo geral da pesquisa foi analisar esse processo para evidenciar seus determinantes gerais e específicos, bem como apontar as resistências e desafios para as escolas no campo. Como objetivos específicos, propôs-se a identificar as	A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa na perspectiva do materialismo histórico-dialético, como um estudo de caso, utilizando-se dos procedimentos entrevistas semiestruturadas e análise documental.

		<p>transformações no campo brasileiro a partir de 1950 e suas relações com a redução da população do campo; contextualizar e diferenciar as concepções de educação rural e de educação do campo no cenário nacional; compreender os processos de fechamento de escolas no campo no contexto nacional e no contexto local; descrever o processo de implantação e posterior cessação da oferta das séries/anos finais do Ensino Fundamental no campo a partir de um caso concluso de fechamento e de um em vias de fechamento</p>	
--	--	---	--

<p>7. O fechamento das escolas do campo em Sergipe : territórios em disputa (2007-2015)</p>	<p>Existe uma disputa desigual de modelos de desenvolvimento que provocam profundas contradições entre a política de promoção do campo como território apenas de produção econômica e a luta dos Movimentos Sociais pela construção de um novo território de produção da vida em que a educação tem um papel estratégico</p>	<p>A presente pesquisa abordou o fechamento das escolas do campo no Estado de Sergipe entre os anos de 2007 a 2015 e objetivou analisar os aspectos históricos e sociais que conduzem este processo.</p>	<p>Utilizou o método do materialismo histórico dialético, no intuito de trazer na própria concretude deste processo uma análise baseada na sua totalidade em articulação com a singularidade do modelo de desenvolvimento do campo com suas contradições, e a especificidade que se encerra no fechamento das escolas do campo em Sergipe no período estabelecido. Nosso estudo bibliográfico foi acompanhado de pesquisa documental, análise de dados estatísticos do Censo Escolar (INEP) e de entrevistas realizadas com ex-gestores municipais e lideranças de Movimentos Sociais camponeses do Estado.</p>
<p>8. Entre números e narrativas, um estudo sobre o fechamento de escolas em localidades rurais na Amazônia paraense</p>		<p>Refletir o fechamento de escolas, a partir dos números e narrativas produzidas sobre o fenômeno em cinco municípios paraenses, tendo como referência os dados do Disk Denúncia contra o fechamento de escolas do campo.</p>	<p>Abordagem qualitativa na perspectiva do materialismo histórico, fazendo uso da pesquisa documental e entrevista narrativa.</p>
<p>9. O processo de nucleamento e fechamento das escolas rurais na região de São João da Boa Vista (SP)</p>	<p>A serviço de que ou de quem as escolas rurais foram nucleadas? Como se deu e qual a causa do nucleamento e consequente fechamento das escolas rurais?</p>	<p>Objetivou analisar o processo de nucleamento e fechamento das escolas rurais na região de São João da Boa Vista, utilizando-se como municípios-base: Casa Branca, Divinolândia e São José do Rio Pardo.</p>	<p>A análise da primeira categoria foi feita a partir do estudo do referencial teórico marxista, por meio de dados coletados na pesquisa de campo (entrevistas e questionários) e por meio de busca em sites de dados estatísticos sobre a economia, agricultura, trabalho e demografia. Foi feito também, um levantamento das escolas rurais existentes a partir da década de 1970 e a condição das escolas rurais nos três municípios elencados para o estudo, para isso, além das pesquisas documentais das escolas rurais extintas junto às escolas estaduais arquivadoras, foram direcionados questionários para os gestores das Secretarias</p>

			Municipais de Educação de Casa Branca, Divinolândia e São José do Rio Pardo, das escolas rurais ativas, além de entrevistas com pais de alunos das escolas rurais.
--	--	--	--

Fonte: Criação própria da autora

Como apresenta o quadro 2, as pesquisas analisadas tiveram como foco de estudo a política de fechamento de escolas do campo, os índices de fechamento de escolas em um determinado recorte temporal, a relação entre a política de nucleação, transporte escolar, territorialização e o fechamento de escolas, os argumentos do Estado para o fechamento das escolas e uma análise das consequências que o fechamento destas escolas traz para as comunidades camponesas e a questão agrária nos territórios pesquisados, evidenciar os determinantes gerais e específicos do fechamento das escolas, apontar as resistências e desafios para as escolas no campo, descrever o processo de implantação e posterior cessação da oferta das séries/anos finais do Ensino Fundamental no campo a partir do fechamento e de um em vias de fechamento da escola e analisar os aspectos históricos e sociais que conduzem o processo de fechamento de escola. Os trabalhos analisados trouxeram de considerações as potencialidades, desafios, problemáticas e anseios acerca da Educação do Campo, e, sobretudo sobre o fechamento das escolas do campo. Consideremos que os objetivos refletem das pesquisas refletem as grandes questões, contradições e processos de mediação que envolvem o fenômeno do fechamento das escolas do campo no Brasil e que têm sido tencionadas pela Educação do Campo em quanto projeto político e pedagógico de sociedade educação.

Quanto à metodologia, enquanto abordagem, as pesquisas recorrem a pesquisa qualitativa, quanti-quali e ao materialismo histórico dialético. As pesquisas também recorreram a diferentes técnicas de pesquisa como: análise documental, entrevistas semiestruturada, entrevista narrativa, questionários e levantamento estatístico.

O processamento dos dados foi feito a partir da interpretação, reflexões e inferências. As principais considerações trazidos pelas pesquisas analisadas revelam que os desafios em destaque são: insuficiência de recursos financeiros destinados às escolas; predominância de um ensino tradicional com ausência e/ou fragilidade de princípios, políticas e práticas da Educação do Campo; falta de

formação continuada de professores e incentivos financeiros que diminua a rotatividade desses profissionais nas escolas; quebra e atraso no transporte escolar; estrutura física limitada e fechamento de escolas.

Portanto, é necessário reafirmar a importância da organização coletiva da luta, na perspectiva de conseguir combater o fechamento de escolas através organização da comunidade, parcerias com instituições jurídicas e diálogo entre essas escolas e secretaria de educação para construção de acordos que melhor atenda ao interesse educacional e social do educando e sua comunidade; que o governo pense em educação como investimento e não como gasto; que discussões, formações e reflexões sejam feitas a respeito dos princípios, práticas e políticas no intuito de criar ações que viabilizem uma estrutura pedagógica conforme preconiza as diretrizes; mais fiscalização e melhor distribuição das rotas no transporte escolar e garantia de estrutura adequada que possibilite qualidade educacional.

Apesar dos desafios os sujeitos da educação do campo continuam em movimento, com boas perspectivas e sonham com a educação de qualidade e em todos os níveis, no lugar onde vivem. A escola do campo deve funcionar pautada em princípios como: solidariedade, sustentabilidade, valorização da cultura camponesa, vinculação dos conhecimentos clássicos com a realidade, aprendizado através do trabalho na terra, desenvolvimento da agricultura camponesa e vínculo com os movimentos sociais. Somente essa escola pode desempenhar o papel de contribuir com a formação de cidadãos conscientes e capazes de atuar na consolidação de um campo mais justo, evitando o êxodo rural e conseqüente ampliação da miséria urbana.

Deste modo, podemos destacar que muitas problemáticas vêm sendo levantadas sobre o fechamento das escolas do campo, que, precisa cada dia mais ser levantado em pautas para a construção de novas possibilidades diante desse contexto educacional. Assim, de forma objetiva identificamos que o conjunto das pesquisas apontam:

- Os desafios encontrados neste contexto, como a falta de estrutura adequada, condições trabalho docente, currículo descontextualizado, falta de suporte pedagógico dos órgãos responsáveis, dentre outros fatores tem contribuído para o processo de precarização das escolas do campo;
- Disputa desigual de modelos de desenvolvimento que provocam profundas contradi-

ções entre a política de promoção do campo como território apenas de produção econômica e a luta dos Movimentos Sociais pela construção de um novo território de produção da vida em que a educação tem um papel estratégico;

- Enfatizam que a escola do campo é um território em disputa e o seu fechamento se trata de um seguimento à política de promoção do campo como território apenas de produção econômica, oposta à histórica luta pela construção do território camponês contra hegemônico, onde nasce e se defende a Educação do Campo
- O desenvolvimento de uma boa prática pedagógica é necessário levar em conta as especificidades dos sujeitos, carecendo de oportunizar um ensino contextualizado com a vivência e cultura dos alunos;
- A política econômica para o campo está em razão direta à condução das políticas e financiamento educacional para o mesmo.
- A necessidade de valorizar o conhecimento prévio dos alunos, pois isso contribui significativamente para o processo de ensino-aprendizagem nas escolas do campo;
- O fechamento de escolas no Pará apresenta fatores similares aos indicados em outros Estados brasileiros, sendo os indicadores do fechamento constituído majoritariamente por escolas multisseriadas sob dependência administrativa dos municípios. Entre as causas apontadas estão a diminuição de matrículas
- A diminuição de matrículas no campo e a insuficiência de recursos financeiros, onde a nucleação com deslocamento de alunos a bordo do transporte escolar é uma das principais estratégias utilizadas pelos governos para a continuidade da oferta escolar nas comunidades impactadas; z

Diante do expressivo número de escolas paralisadas e extintas no Pará, o Fórum Paraense de Educação do Campo vem empreendendo um conjunto de esforços, mobilizando diferentes setores da sociedade para discutir as causas e as consequências do fechamento das escolas no campo.

- O paradigma urbanocêntrico como fator limitante a elaboração de um material educacional para os alunos do campo;
- Que o planejamento de ensino elaborado e desenvolvido no âmbito das escolas multisseriadas tem sido orientado por uma lógica burocrática que não tem dado conta da heterogeneidade e singularidade desse contexto, indicando a necessidade de construção de planejamentos de ensino que sejam condizentes com a realidade da multissérie e considere as peculiaridades dos sujeitos do campo. Posto isso, foi possível evidenciar que as turmas multisseriadas advém de muita luta e superação ao longo de sua história. Diante desse cenário, as classes multisseriadas permanecem como alternativa para garantir o direito à educação das crianças;
- Apesar dos desafios os sujeitos da educação do campo continuam em movimento, com boas perspectivas e sonham com a educação de qualidade e em todos os níveis, no lugar onde vivem.

CONSIDERAÇÕES

A partir do que foi exposto, referido trabalho monográfico permite que os objetivos propostos sejam alcançados à medida que os conceitos, métodos e características que compõem os objetivos podem ser discutidos. Compreender o fenômeno do fechamento das escolas do campo é refletir sobre o sistema de dominação capitalista, Concentrador de terra e poder intelectual, rouba aos humanos a autonomia de pensar e ser livre. O problema da Educação do Campo no Brasil que, por sua vez é enraizado no reflexo da sociedade como um todo, a classe dominante. Desenvolver a educação, desprivilegiar a classe trabalhadora; em algum lugar entre eles, educação crítica e libertadora. Podemos considerar que, o fechamento das escolas do campo é uma medida econômica da junção de várias escolas menores e conseqüentemente criação de uma só. Os resultados obtidos na realização da pesquisa o estado do conhecimento, nos permitem concluir que é urgente que haja mais investimentos em relação à formação específica dos professores que atuam no campo.

Por fim, consideramos que este trabalho não se finda aqui. Há questões que precisam serem investigadas e aprofundadas, visando uma melhor compreensão sobre o contexto do fechamento das escolas do campo. A proposta de Educação do Campo frente a esta problemática não desconsidera que o contexto da educação e da escola do campo é paradigmático. Partindo deste pressuposto, torna-se relevante a discussão sobre aspectos da educação do campo que nos ajudam a compreender esta temática e que se refere aos conceitos e princípios construídos pelos próprios sujeitos, em processos de lutas cotidianas, como forma de edificação de sua identidade enquanto Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.) **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARROS, Rute da Silva E LUCAS Wesley da Silva. **O ANÚNCIO DO FIM: O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO** Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido 2019.

BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF: Senado, 1988.

BRASIL (2012) . Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos**/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.

BRASIL. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Conteúdo: Leis de diretrizes e bases da educação nacional – Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961.

CADERNOS SECAD. Educação do Campo: **diferenças mudando paradigmas. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC)**. p.10- 17. Brasília-DF, março 2007.

CALDART, Roseli Salete. A Escola do Campo em Movimento. Texto escrito por solicitação da Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, Porto Alegre, janeiro de 2000. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.

CALDART, Roseli Salete. **Dicionário da Educação do Campo**. In: PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 259-267.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 257- 265.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção do Projeto Político-Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C. e JESUS, Sônia M. S. Azevedo de. (orgs). **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Vol. 5. Brasília, 2004.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. **Trabalho Necessário**, ano 2, nº2, 2004.

CARMO, Rosângela Branca do. RANGEL, Mary. Da Educação Rural à Educação do Campo: Revisão Crítica. **Revista da FAEEDBA** – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 20, n. 36, p. 205-214, jul./dez. 2011.

CARVALHO, Jose Murilo de. **A Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

D'AGOSTINI, Adriana. A Educação do campo na educação brasileira: contradições e perspectivas. Educação, Santa Maria, v.37, n.3, p. 453-468, set./dez, 2012.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 6. ed. 6. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo Editora Atlas. 2008.

HAGE, Mufarrej Salomão. **Educação do Campo, Legislação e implicações na gestão e nas condições de trabalho de professores das escolas multisseriadas**. Belém. PA, 2006.

LEITE, Sérgio Celani. Escola rural: **urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Referências para uma política nacional de educação do campo**: caderno de subsídios. Coordenação: Marise Nogueira Ramos, Telma Maria Moreira, Clarice Aparecida dos Santos – 2 ed. – Brasília; MEC, SECAD, 2005.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. Disponível em: . Acesso em: 30 mai. 2020.

SANTOS, Orlando Jesus dos. **A educação do campo entre a lógica da organização empresarial e do movimento social**: propostas educativas da CFR de Igrapiúna-Ba e da EFA de Ilhéus-Ba. 2013.106 f. Monografia (Pós-Graduação Educação do Campo) –Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Formação de Professores, Amargosa, BA, 2013.

SCHMITZ, Micheli Tassiana; CASTANHA, André Paulo. **Fechamento de escolas do campo: o caso da Escola Estadual do Campo Canoas** – Cruzeiro do Iguaçu – PR. Imagens da Educação, v. 7, n. 1, p. 38-48, 2017.

SILVA, Maria do Socorro. Da raiz à flor: Produção Pedagógica dos Movimentos Sociais e a escola do Campo. In: **Educação do Campo e pesquisa**: questões para reflexão. Org: Mônica Castagna Molina. Págs: 60-93. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.